

PPS DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO DE BLUMENAU, SANTA CATARINA

PPS OF TOURISM REGIONALIZATION IN THE BLUMENAU REGION, SANTA CATARINA

Marialva Tomio Dreher

Docente de Doutorado e Mestrado em Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração.
Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Recebido em: 01/06/2009

Aprovado em: 24/08/2009

Talita Salini

Graduada em Turismo e Lazer, Universidade Regional de Blumenau (FURB)
Mestrado em Desenvolvimento Regional (FURB)

RESUMO

A regionalização é vista como uma forma de promover o potencial turístico da região de Blumenau, em Santa Catarina, ampliando e diversificando a atratividade e a oferta turística, de modo a atrair maior demanda. Contudo, o entendimento e a participação são parciais, vislumbrados apenas em algumas políticas públicas (PPs) e na intenção de se participar do processo. Neste contexto, objetivou-se analisar, na região destacada, a abordagem da regionalização nas PPs de turismo e a percepção dos atores do setor sobre tais PPs, para provocar uma reflexão sobre as perspectivas de promoção da regionalização do turismo. Utilizou-se o método da pesquisa qualitativa, amparada pelas técnicas das pesquisas analítica e descritiva. Os instrumentos de coleta de dados foram a análise documental, a entrevista informal e a entrevista estruturada. Os resultados apresentam um cenário de discussões e adaptação política. São raras as PPs que abordam a regionalização como foco das diretrizes. Todavia, os entrevistados reconheceram a importância da elaboração destas políticas, porém que elas ainda não evidenciam ações efetivas.

Palavras-chave: PPs, turismo, regionalização.

ABSTRACT

The regionalization is seen as a way to promote the tourism potential of the region of Blumenau (SC), expanding and diversifying the attractiveness and the tourist offer, attracting greater demand. However, the understanding and the participation are partial, glimpsed only in some Public Policies (PPs) and in the intention to participate. In this context, it was aimed to analyze in this region, the approach of the regionalization in the tourism PPs and the sector actors' perception on the PPs, to provoke a reflection on the perspectives to promote the tourism regionalization. It was used the method of qualitative research supported by the techniques of the analytical and descriptive researches. The instruments of data collection were the documental analysis, informal interview and structured interview. The results present a scenario of discussions and policy adaptation. There are few PPs that address the regionalization as focus of the guidelines. Though, the interviewed recognize the importance of the elaboration of these policies, however they still don't evidence effective actions.

Keywords: PPs, tourism, regionalization.

Endereços dos autores:

Marialva Tomio Dreher

Rua Felix Gieseleser Senior, 518 - Velha - Blumenau - SC - CEP 89041-180 - E-mail: marialva@furb.br

Talita Salini

Rua Bolívia, 220 - Bela Vista - Gaspar - SC - CEP 89110-000 - E-mail: talita.salini@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Muitas regiões têm buscado alternativas para criar vantagens competitivas, com o intuito de ampliar sua atratividade turística por meio da regionalização. Conforme afirmaram Dreher & Salini (2008), a regionalização do turismo precisa ser vista como uma decisão capaz de incrementar o poder de atração de uma destinação, dando-se ênfase aos benefícios trazidos pela atividade turística aos municípios, onde efetivamente a regionalização ocorra. Para que tal processo aconteça, os municípios precisam compreender com clareza essa proposta e, principalmente, seu papel enquanto atores deste processo. Nesse ínterim, o governo passa a atuar como motivador da regionalização, cria as PPs e define regiões turísticas de posse de dados e das intenções dos atores regionais. Deste modo, os territórios são fragmentados em novas realidades espaciais e políticas, ou seja, em regiões turísticas definidas. Após esta definição, parte-se para a elaboração de PPs específicas, que possam resultar na ordenação das ações de um desenvolvimento turístico regionalizado.

No Brasil, a regionalização passou a ser abordada nas PPs por meio do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, em que foi criada uma estrutura institucional apta a planejar o espaço turístico nacional, com diretrizes norteadoras e estruturantes do processo de regionalização do turismo. Apesar disso, muitos Estados e municípios ainda enfrentam dificuldades e obstáculos para entender, aplicar, operacionalizar e dar continuidade, em seus limites político-territoriais, ao processo de regionalização do turismo, principalmente na definição de PPs com foco na regionalização. Esses empecilhos, em grande parte, revelam a incapacidade e a fragilidade institucional para a gestão do turismo em muitas regiões do País, apesar das tentativas de planejamento do desenvolvimento integrado da atividade turística.

Diante do contexto enunciado, o objetivo deste estudo é analisar, na região de Blumenau, em Santa Catarina, a abordagem da regionalização nas PPs de turismo, bem como a percepção dos atores do setor sobre as PPs, para provocar uma reflexão acerca das perspectivas de promoção da regionalização. Sendo assim, justifica-se a importância deste estudo, pois ele apresenta um cenário dos conteúdos das PPs quanto ao desenvolvimento do turismo nesta região, suas abordagens e seu direcionamento em prol da

regionalização. Este esforço de pesquisa pode provocar novas reflexões sobre o futuro das discussões sobre PPs e desenvolvimento turístico, numa região que carece de organização de dados que possam contribuir com seu ordenamento junto aos atores que atuam nesse setor. Outro fator relevante deve-se ao fato de que muitos entrevistados apoiaram a ideia de levantamento e compartilhamento dos dados. Além disso, as pesquisadoras apresentarão os resultados em evento do Conselho Regional, como maneira de contribuir para a transformação das decisões que afetam direta ou indiretamente esta atividade. O objetivo é valorizar a continuação da presente pesquisa com novos estudos em parceria com os atores locais e mediante suas demandas, verificadas nesta provocação.

2. APORTES TEÓRICOS

As reflexões teóricas deste estudo partem do contexto do turismo, adentrando-se na discussão sobre PPs e sua valorização quanto ao processo de regionalização do turismo.

2.1. PPs de Turismo

O turismo é uma atividade que tem uma relação dialética com a sociedade e pode ser entendido como uma prática social, um fenômeno social complexo e diversificado (BARRETTO, 2003). Numa visão institucional e global, de acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001), trata-se de uma atividade socioeconômica que apresenta um caráter multidisciplinar, o qual engloba uma ampla variedade de setores econômicos. Neste sentido, a própria OMT definiu que “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios ou outras.” (OMT, 2001: 38).

Segundo Barretto (2003), o turismo tem um aspecto social tão importante quanto o desenvolvimento econômico, isto é, a possibilidade de expansão do ser humano, seja pelo divertimento, seja pelo conhecimento de novas culturas e/ou pelo enriquecimento do repertório cultural através de viagens. É uma atividade que deve ser fomentada

por PPs, não apenas como fonte de divisas, mas também como prática de lazer.

A política pública (PP), de acordo com Hall (2001), abrange a ação do governo, a inação, as decisões e as não decisões, uma vez que implica uma escolha deliberada entre alternativas. Para que uma política seja considerada pública, ela deve, no mínimo, ter passado por um processo, mesmo que apenas autorizada ou ratificada por órgãos públicos. Estas ações de governo devem ser dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Considera-se, ainda, que a elaboração de PPs é, antes de tudo, uma atividade política, e estas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais dos governos e outros aspectos do sistema político. A política deve ser encarada como uma consequência do ambiente político, dos valores e das ideologias, da distribuição do poder, das estruturas institucionais e dos processos de tomada de decisão. As PPs, depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação, além de pesquisas. E, quando postas em ação, são implementadas, ficando submetidas a processos de acompanhamento e avaliação.

Ao direcionar a questão para o contexto do turismo, Cruz (2002) afirmou que a PP é entendida como um conjunto de diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações definidas, no âmbito do Poder Público, com o objetivo de alcançar e/ou dar continuidade ao desenvolvimento da atividade turística em um dado território, servindo para o desenvolvimento harmônico da atividade. Conforme asseveraram Massukado & Teixeira (2006), ao levarem em consideração que o turismo é uma atividade econômica de alta relevância e que necessita do suporte das mais variadas áreas da economia, as PPs são usadas também para fazer a interlocução entre os seus diversos setores.

Para a OMT (2001), a PP de turismo deve ser vista como um elo a mais na corrente que conduz ao maior bem-estar dos cidadãos de um país, complementando a atuação dos atores privados que intervêm no mercado turístico, com a finalidade de evitar comportamentos que afastem seu funcionamento do objetivo principal. No entendimento de Goeldner, Ritchie & McIntosh (2002), a política de turismo é um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes,

estratégias e objetivos de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura, na qual são adotadas as decisões individuais e coletivas que afetam diretamente o desenvolvimento do turismo e as atividades diárias em um destino turístico.

Segundo Dias (2003), a política de turismo pensada, elaborada e articulada não é algo comum; as políticas de turismo, como ações empreendidas com objetivo específico, existem de um modo geral quando a atividade turística é verificada. Uma política de turismo pode ser mal formulada, segmentada e setorializada, mas, desde que existam as ações, há uma política de turismo. Muitas vezes, a PP de turismo não está claramente definida; entretanto, isso não significa que não haja uma PP direcionada ao setor turístico. Esta sempre existe, pois se constitui pelo conjunto de ações que objetivam atingir determinado fim. E pode não estar organizada em um documento ou plano de governo, contudo suas linhas gerais estão estabelecidas por suas ações concretas. Deste modo, é possível que sejam elaborados planos setoriais ou específicos para vários setores, inclusive o de turismo, que se constituirão nas PPs do Estado. O mesmo pode ocorrer nas várias escalas de organização do Estado, ou seja, nas escalas federal, estadual ou municipal. Como o turismo pode, muitas vezes, ocupar um papel importante no desenvolvimento de um país, região ou município, devido à sua capacidade de gerar renda, emprego e incrementar a economia regional, é viável afirmar que as PPs de turismo estão inseridas na política econômica mais ampla de um país, com seus desdobramentos regionais e locais.

Sendo assim, a criação de PPs é importante para o desenvolvimento da atividade turística, pois elas estabelecem metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento socioespacial, tanto no que se refere à esfera pública quanto à iniciativa privada. E, na ausência da PP, o turismo se dá à revelia, ao acaso, isto é, ao sabor de iniciativas e interesses particulares, e não da sociedade como um todo (CRUZ, 2002).

2.2. Regionalização do turismo

Para Theis *et al.* (2001), o desenvolvimento regional é o processo de acumulação que tem lugar no espaço de uma dada região. Esse conceito envolve dimensões que as teorias tradicionais desconsideram, sendo que a rigidez das formas clássicas de organiza-

ção de um território se opõe a uma atual “flexibilidade”, em razão da qual se podem citar os fenômenos mais recentes de diversificação e enriquecimento das atividades sobre o território, baseados na mobilização de seus próprios recursos (naturais, humanos, econômicos) e energias. Para tanto, o processo de desenvolvimento regional pressupõe uma economia flexível, com capacidade de adaptar-se a dados mutáveis. Por isso, o desenvolvimento regional, enquanto processo, implica novas formas de produção, novos comportamentos de consumo, enfim, novas possibilidades de acumulação regional.

Diante dessas possibilidades, Dallabrida (2000) assegurou que todo projeto de desenvolvimento regional desencadeia um processo de reconstrução/reapropriação de um determinado território, entendido como espaço apropriado. Essa reconstrução implica uma nova ordenação territorial, que modifica os padrões e impõe mudanças no desenvolvimento. Por isso, para tal desenvolvimento acontecer, é preciso, primeiro, um crescente processo de autonomia regional de decisão; segundo, uma crescente capacidade regional de apropriação do excedente econômico, revertendo-o na própria região; terceiro, um crescente movimento de inclusão social; quarto, um processo de conscientização e mobilização social para a proteção ambiental; e, quinto, uma identificação da população com a sua região.

Observa-se, neste caso, que várias ações são levadas em consideração durante um processo de desenvolvimento regional, e todos os setores e movimentos devem ser considerados para que ele possa ser mais harmonioso. Fazendo-se um recorte sobre o setor turístico, entende-se que estas necessidades também são muito complexas. Neste contexto, a partir de 2004, o Brasil tem direcionado suas PPs de desenvolvimento turístico para a regionalização, por intermédio do Programa de Regionalização do Turismo, implantado pelo Ministério do Turismo. O referido programa tem a proposta de transformar as ações, antes centradas nos municípios, em uma PP mobilizadora, capaz de promover mudanças por meio de um planejamento sistematizado e participativo, a fim de coordenar o processo de desenvolvimento turístico de forma regionalizada, com a formatação de roteiros e destinos que reflitam as características de peculiaridades e especificidades de cada região. Adotar o modelo de regionalização do turismo exige novas

posturas e novas estratégias na gestão das PPs; exige mudanças de relacionamento entre as esferas do Poder Público e a sociedade civil; exige negociação, planejamento e organização social (BRASIL, 2007). Dessa maneira, os processos de desenvolvimento do turismo impõem a articulação e, principalmente, a integração para a conquista da participação da maioria das cidades que compõem o território, objetivando a regionalização do turismo.

O desenvolvimento turístico regional passou a ser uma questão central, uma vez que os destinos turísticos, em sua maioria, dependem do tempo de permanência do visitante para desenvolver-se a atividade turística. O visitante, por sua vez, depende da quantidade e da qualidade da oferta turística. Por mais que um único município ofereça excelentes atrativos, dificilmente ele conseguirá manter a estada dos turistas por um tempo maior se não houver uma integração com a região de entorno, que possibilite a diversificação da atratividade turística, bem como a qualificação da oferta (FORTES & MANTOVANELI JUNIOR, 2006).

Além disso, a regionalização do turismo é importante para compor a atratividade regional, pois uma região pode ofertar um número mais amplo de atrativos do que um município sozinho. Isto serve para motivar a demanda turística, insaciável por novidades, a retornar para conhecer melhor a região e suas peculiaridades. Considera-se, ainda, o turismo como um fenômeno que deve levar em conta dois aspectos importantes: o interesse dos turistas e o interesse do local que os recebe. O turista procura regiões que ofereçam atividades para ocupar seu tempo livre e atender aos seus interesses. O local receptor visa a atrair os turistas por meio das atrações que já possui ou que pode criar. O relacionamento entre essas duas partes produz resultados que levam o destino visitado ao desenvolvimento econômico, à medida que ele se organiza e dinamiza o setor turístico (DIAS, 2003).

A partir da regionalização, pode-se desenvolver a capacidade de atratividade de uma destinação e, também, proporcionar muitos benefícios aos municípios que desenvolvem o turismo regionalmente. Para isso, faz-se necessária a definição de PPs que abordem a regionalização como enfoque das diretrizes. As PPs são muito importantes, pois fornecem uma estrutura na qual são tomadas decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades ligadas ao turismo, em uma destinação

ou região turística, tendo o papel de propiciar um desenvolvimento harmônico do setor.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

O campo de estudo desta pesquisa foi a região da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau (SDR Blumenau), que abrange os municípios de Blumenau, Gaspar e Pomerode, os quais participam do roteiro do produto turístico regional Vale Europeu. Este recorte desconsiderou os municípios de Ilhota e Luís Alves, devido ao fato de eles participarem de outro roteiro regional. Entende-se que é fundamental um olhar que privilegie os esforços que estão sendo conduzidos de maneira coletiva, afirmando-se que este é um passo essencial ao processo de regionalização.

Diante do desafio em atingir os objetivos propostos, utilizou-se como método a pesquisa qualitativa, pois ela valoriza as abordagens subjetivas dos dados e, portanto, apresenta uma possibilidade maior de interpretação e valorização das percepções investigadas. Segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa é rica em dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatizando mais o processo do que o produto.

Para contribuir com a abordagem qualitativa, utilizaram-se as técnicas de pesquisa analítica e descritiva. A pesquisa analítica, de acordo com Rodrigues (2007: 29), “consiste em um verdadeiro desmonte da coisa estudada, identifica partes, fatores, elementos, circunstâncias [...]”. Já a pesquisa descritiva, conforme ponderou Triviños (1987), tem como objetivo a descrição, com exatidão, de determinada realidade e fenômenos. Estas duas técnicas promoveram uma leitura mais aprofundada da análise e da interpretação dos dados.

A população estudada envolveu os 14 atores/representantes das organizações públicas dos três municípios, sendo elas: Secretarias Municipais de Turismo (secretários e diretores de turismo); Câmaras Municipais de Vereadores (presidentes); Conselhos Municipais de Turismo (presidentes); SDR Blumenau (gerente de turismo, cultura e esporte); e 10º Batalhão de Polícia Militar (comandante). Ressalta-se que, no atual momento, esses entrevistados somam todos os atores que representam a classe que elabora e/ou executa as PPs do turismo dos municípios estudados. Como procedimento de coleta de dados, utilizou-se

a análise documental, por meio das PPs desses municípios, bem como a aplicação de entrevista estruturada e entrevista informal para identificar a percepção destes 14 atores.

Após a coleta, os dados foram tratados e avaliados por meio da abordagem qualitativa, em que se valorizou a subjetividade das percepções dos entrevistados e a relação destas com os documentos analisados de maneira criteriosa, descrevendo e analisando os aspectos mais relevantes do fenômeno estudado.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta uma breve caracterização do turismo nos municípios de Blumenau, Gaspar e Pomerode, inseridos na região da SDR Blumenau. Além disso, discorre sobre a descrição e análise das PPs quanto ao seu conteúdo e demonstra a percepção dos atores entrevistados.

4.1. O turismo nos municípios da região de Blumenau

A região da SDR Blumenau apresenta características econômicas, sociais e culturais semelhantes, devido à formação histórica (colonização) de seus municípios. Nestes municípios, o apego à cultura é muito forte, mantendo-se os traços dos seus colonizadores, visíveis através da arquitetura e da culinária, em festas e danças, e nos hábitos diários. Esses municípios apresentam características semelhantes na atratividade turística, especialmente no que se refere às similaridades culturais e ambientais.

Nesta região, Blumenau destaca-se como o município mais representativo no que se refere à atividade turística. As características da sua colonização alemã consolidam o município como um importante destino turístico de Santa Catarina. Foi sob a égide do germanismo que o turismo em Blumenau, como atividade de negócios, nasceu e se desenvolveu, tornando-se conhecido principalmente pela *Oktoberfest*, bem como pelos produtos que fabrica – os têxteis, as porcelanas e os cristais.

O Município de Gaspar possui características da colonização alemã, italiana e açoriana, visíveis na arquitetura, na culinária e nos costumes. A atividade turística é menos intensa que nos outros municípios, concentrando-se

do sua atratividade nos parques aquáticos e recantos naturais, que oferecem atividades de lazer e de aventura, além de se destacar na prática de esportes radicais, como *motocross*, *jeepcross*, aeromodelismo e parapente, com a realização de eventos anuais nestas modalidades.

Em Pomerode, são mantidas as tradições alemãs – arquitetura enxaimel (adaptado), sociedades de caça e tiro, danças, festas, culinária (principal polo gastronômico da região) e uso frequente do idioma alemão. Devido a essas características, o turismo se desenvolveu apoiado no germanismo e no reconhecimento de Pomerode como a “cidade mais alemã do Brasil”. Apesar de possuir um parque industrial diversificado e desenvolver a agricultura, o turismo tem se destacado na economia local e aumentado o interesse dos visitantes pelo município. Salienta-se que, nessa pesquisa, obteve-se contato com os atores e com as PPs desses três municípios, observando suas características e abordagens com relação à regionalização do turismo.

4.2. A regionalização do turismo nas PPs na região de Blumenau

Os documentos analisados contemplam as leis, os planos e os projetos de desenvolvimento turístico

que foram definidos pelas organizações públicas pesquisadas nos três municípios. Foram analisadas as leis definidas pelas Câmaras de Vereadores, relacionadas direta ou indiretamente ao uso turístico, bem como os planos e projetos desenvolvidos pelas demais organizações estudadas, pois, além das PPs oficiais que tramitaram nas Câmaras de Vereadores, existem os planos diretores (PD) e os projetos elaborados pelas outras organizações, que, embora não sejam oficiais, complementam e integram as necessidades impostas pelas leis. É importante salientar que diversos documentos foram analisados, contudo são descritos nos quadros a seguir apenas aqueles que apresentam, em seu conteúdo, uma abordagem com foco na regionalização do turismo nesta região. Quanto às leis, aos planos e aos projetos analisados em Blumenau, os únicos que abordam, em seu conteúdo, a regionalização estão descritos no Quadro 01.

A lei de criação da Secretaria de Turismo apresenta algumas atribuições de âmbito regional, como a divulgação das potencialidades turísticas do município e da região; o revigoramento dos festejos e eventos tradicionais do município, procurando articular-se com os eventos da região; e a elaboração do calendário turístico

Quadro 01: PPs de Blumenau

BLUMENAU	
LEIS/PROJETOS	DISPOSIÇÃO
Lei Complementar n. 173/98	Ementa: Cria a Secretaria Municipal de Turismo. Conteúdo: competem à Secretaria as seguintes ações: executar a política de desenvolvimento do turismo; divulgar as potencialidades turísticas locais e da região; incentivar o turismo industrial, rural, ecológico e/ou tecnológico; revigorar os festejos e eventos tradicionais da cidade, procurando articular-se com os eventos da região; elaborar o calendário turístico anual do município, procurando adequá-lo ao da região; fortalecer o Conselho Municipal de Turismo como órgão definidor da política e das ações do setor; administrar, juntamente com o Conselho, o Fundo Municipal de Turismo.
Lei Ordinária n. 6.439/04	Ementa: Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Organização Regional de Turismo – ORT. Conteúdo: o convênio tem a finalidade de implementar programas e projetos de desenvolvimento do turismo local, regional e nacional. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de verbas próprias, consignadas no orçamento do município, à conta da Secretaria de Turismo, que repassará, mensalmente, a importância de R\$ 150,00. Além deste valor, podem ser realizados outros repasses para o desenvolvimento de atividades locais, regionais ou nacionais de interesse e que venham beneficiá-la.
Lei Complementar n. 615/06	Ementa: Dispõe sobre o PD do Município de Blumenau. Conteúdo: o PD é o instrumento básico da política de desenvolvimento, que visa à orientação da atuação do Poder Público e do setor privado no atendimento às aspirações da comunidade. Sua consecução se dá com base na implementação de PPs, com diretrizes que contemplem as escalas regional e municipal. O plano deve articular e promover a integração e cooperação dos municípios; promover o desenvolvimento da região com inclusão social, qualidade de vida, preservação ambiental e cultural, além de infraestrutura adequada; aperfeiçoar os canais de participação da sociedade por meio de fóruns regionais para o debate de questões de interesse da população. Quanto ao turismo, o plano dispõe sobre a Política Municipal de Turismo, que possui algumas diretrizes, como manter e reestruturar a gestão participativa, com parcerias público-privadas, visando ao apoio aos projetos e à captação de eventos turísticos; estimular e implementar melhorias de sinalização turística e infraestrutura básica nos principais corredores de acesso ao município e à região; fortalecer e consolidar parcerias com os demais municípios e, também, com o Governo Estadual, incentivando o turismo integrado e regionalizado, dentre outras diretrizes.
Projeto: Roteiros Turísticos e Vídeos Institucionais	Roteiro Turístico Centro Histórico; Roteiro Turístico Natureza; Roteiro Turismo Industrial; Roteiro das Cervejarias Artesanais; Roteiro Vila Itoupava.

Fonte: Dados da pesquisa.

anual do município, buscando adequá-lo ao da região. Desse modo, observa-se a preocupação em instituir um órgão público de turismo, que não possua apenas atribuições de abrangência local, mas regional também.

Uma abordagem regional pode ser identificada, ainda, na lei que trata do convênio com a Organização Regional de Turismo (ORT), a fim de implementar programas e projetos de desenvolvimento turístico regional, representando um direcionamento do turismo local para uma abrangência regional, como uma iniciativa de atuação integrada com outros municípios.

Outra lei que aborda a regionalização é a Lei de Criação do Plano Diretor (PD), que possui diretrizes voltadas ao desenvolvimento regional, inclusive ao tratar do turismo. No PD, encontram-se definidas as diretrizes da Política Municipal de Turismo, a partir das quais se percebe um enfoque na gestão participativa e nas parcerias com os outros municípios e o Governo Estadual, a fim de incentivar o turismo integrado e regionalizado. Portanto, nota-se uma intenção em definir uma política de turismo voltada à regionalização.

Quanto aos projetos analisados, o único que apresenta uma abordagem regional refere-se ao Roteiro das Cervejarias Artesanais, em que há o envolvimento

das cervejarias artesanais de Blumenau, Gaspar, Pomerode e de outros municípios da região.

Nota-se, no Quadro 02, a existência de poucas PPs voltadas à regionalização do turismo em Gaspar. A maioria das leis, dos planos e dos projetos possui uma abordagem local, não apresentando enfoque nas questões regionais. A abordagem sobre a regionalização é observada quando se trata da ORT e, sobretudo, do Plano Diretor (PD). É importante comentar que a ORT não existe mais, foi extinta em 2007. Portanto, atualmente, a única lei municipal que trata dessa questão é o PD.

As leis que estabeleceram o convênio com a ORT atingiram o desenvolvimento do turismo em âmbito regional. Por meio desses convênios, o município adquiriu destaque na região, especialmente, com relação à sua divulgação nos materiais promocionais produzidos pela ORT, referentes ao Vale Europeu, como produto turístico regional.

Quanto ao PD, ao abordar o turismo, ele dispõe sobre a Política de Incentivo ao Turismo, no sentido de dar maior organização e fortalecimento à atividade, já priorizando uma atuação regional, com foco na regionalização do turismo. O PD reforça a regionalização ao abordar que esta política deve ser orientada

Quadro 02: PPs de Gaspar

GASPAR	
LEIS/PROJETOS	DISPOSIÇÃO
Lei Ordinária n. 1.669/97	Ementa: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Organização Regional de Turismo – ORT. Conteúdo: o Poder Executivo Municipal fica autorizado a firmar convênio com a ORT para o desenvolvimento de ações e projetos de turismo regional que extrapolem a esfera municipal. As despesas do presente convênio correrão por conta da dotação própria, consignada no orçamento vigente da Secretaria do Comércio, Indústria e Turismo.
Lei Ordinária n. 2.598/05	Ementa: Autoriza o Poder Executivo a celebrar termo de convênio com a Organização Regional de Turismo – ORT e dá outras providências. Conteúdo: o convênio tem por objetivo a cooperação mútua entre os partícipes, mediante apoio técnico e financeiro, com a finalidade de apoiar, implementar e executar programas e projetos de desenvolvimento do turismo local, regional e nacional. Pelo presente convênio, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a realizar repasse financeiro mensal no valor de R\$ 300,00 em favor da ORT. Os benefícios do convênio para o município são os seguintes: destaque diferenciado nas edições do guia Vale Europeu de Braços Abertos, para os equipamentos turísticos que constarem no guia; um desconto especial de 10% no pagamento de seus patrocínios em material gráfico elaborado pela ORT; o município poderá ter seus folhetos institucionais distribuídos gratuitamente nos postos de informações turísticas montados pela ORT e poderá participar dos roteiros turísticos elaborados pela ORT.
Lei Ordinária n. 2.803/06	Ementa: Institui o PD de Desenvolvimento Urbano do Município de Gaspar e dá outras providências. Conteúdo: o PD tem como princípios a promoção da gestão democrática e a garantia do desenvolvimento sustentável. Com relação ao turismo, o plano visa a incentivar as atividades turísticas no município; a preservar dos bens de interesse cultural, histórico e/ou arquitetônico; a promover a inclusão social, permitindo o acesso aos equipamentos sociais, à cultura e ao lazer. Para isso, o plano dispõe sobre: a) Política de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico; b) Política Municipal do Meio Ambiente; c) Política de Incentivo ao Turismo, visando ao desenvolvimento do turismo sustentável a fim de diversificar e melhorar a oferta de equipamentos para o aumento da geração de emprego e renda; ao fortalecimento do turismo de eventos da região; à preservação e à valorização dos ambientes turísticos; ao incentivo de parcerias público-privadas; à estimulação da pesquisa para identificação de novos potenciais turísticos; ao fortalecimento e à consolidação de parcerias com os demais municípios e o Governo Estadual, incentivando o turismo integrado e regionalizado.

Fonte: Dados da pesquisa.

para a promoção de um turismo com base no fortalecimento e na consolidação de parcerias com outros municípios e o Governo Estadual, a fim de incentivar o turismo regional e integrado.

No Município de Pomerode, constatou-se a existência de leis que abordam a regionalização do turismo; contudo, a maioria das leis municipais está focada no desenvolvimento turístico local. Por meio do Quadro 03, é possível notar que as iniciativas de regionalização do turismo iniciaram-se em 1996, com a promulgação da lei que trata do convênio com a ORT, voltada ao desenvolvimento de projetos que se estendiam além da esfera municipal, focando-se nas questões regionais. Apesar de este convênio ter perdurado por um longo período, com ações voltadas ao turismo regional, ele teve que ser encerrado quando a ORT foi extinta, em 2007.

Atualmente, o município definiu outra lei que aborda a questão regional, a Lei Complementar n. 139/07, que dispõe sobre o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, em que Pomerode participa da gestão associada, de vários serviços públicos, com outros municípios integrantes do referido consórcio. Dentre os serviços, está o turismo regional, que conta com a Gestão de Turismo, onde são discutidos, analisados e implementados projetos e ações de desenvolvimento turístico regional para os nove municípios participantes.

Além disso, ressalta-se que existe um interesse em discutir, com a comunidade e o *trade* turístico, sobre a regionalização do turismo, voltando-se para a região do Vale Europeu. Por meio do Seminário Regional de Turismo, o município demonstra uma iniciativa em promover o desenvolvimento turístico, envolvendo outros municípios, bem como representa

o atendimento da proposta de regionalização do Ministério do Turismo e do Governo Estadual.

4.3. Percepção dos atores: a regionalização nas PPs

Apresenta-se, nesta etapa, o resultado das entrevistas realizadas com os atores/representantes das organizações públicas estudadas, visando a demonstrar a percepção dos entrevistados sobre a abordagem da regionalização nas PPs de turismo. Observa-se, no quadro a seguir, que os representantes da SDR Blumenau e do 10º Batalhão atuam nos três municípios, porém aparecem na descrição de Blumenau, por ser este o município sede da SDR.

Na leitura do Quadro 04, foi possível observar que, de forma geral, todos os entrevistados acreditam ser importante a elaboração de PPs que abordem em seu conteúdo a regionalização do turismo, bem como há uma preocupação em desenvolver projetos turísticos com este foco.

Na Secretaria de Turismo de Blumenau, a elaboração deste tipo de PP é vista como importante para a manutenção do setor; contudo, ressalta-se que ainda falta uma ação regional mais forte, a fim de desenvolver o turismo regionalmente. Além disso, o processo de regionalização é visto como complexo, uma vez que implica a atuação integrada dos municípios, com o propósito de atender às necessidades da região, e não apenas de cada município. Para os entrevistados da Secretaria de Turismo de Gaspar, a definição de PPs com foco na regionalização é importante para o desenvolvimento do setor. No entanto, para

Quadro 03: PPs de Pomerode

POMERODE	
LEIS/PROJETOS	DISPOSIÇÃO
Lei Ordinária n. 1.292/96	Ementa: Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio com a Organização Regional de Turismo – ORT. Conteúdo: autoriza o convênio com a ORT para o desenvolvimento de ações e projetos de turismo regionais, que extrapolem a esfera municipal.
Lei Complementar n. 139/07	Ementa: Dispõe sobre a adaptação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale ao modelo consorcial da Lei Federal n. 11.107/05, institui entidade autárquica interfederativa, e dá outras providências. Conteúdo: fica autorizado ao Poder Executivo participar da gestão associada de serviços públicos do novo modelo consorcial adotado. Fica instituído, como associação pública, o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – Cimvi. Os municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos, como saneamento básico; turismo regional; recursos naturais; infraestrutura; e desenvolvimento econômico.
Projeto: Seminário Regional de Turismo em Pomerode.	O objetivo é ampliar a discussão em torno da regionalização do turismo no Vale Europeu, em parceria com o Conselho Municipal de Turismo, sob o apoio da SDR Blumenau.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 4: Opinião quanto à elaboração de PPs voltadas à regionalização do turismo

	BLUMENAU	GASPAR	POMERODE
Secretário Sectur	É importante, mas falta uma ação regional mais forte.	É importante para trabalhar o desenvolvimento turístico regional, com ações para atingir todos os municípios.	São fundamentais para o desenvolvimento turístico, e devem ser previstas no planejamento do turismo.
Diretor (a)	São importantes para a manutenção do turismo.	São necessárias, mas é preciso saber trabalhar o turismo regionalmente.	São importantes, e todas as ações devem estar voltadas à regionalização do setor.
Comtur Presidente	São fundamentais para o desenvolvimento do setor.	Para atingir a regionalização, é preciso integração entre os municípios e instituição de parcerias com o Poder Público e o setor privado.	Com a regionalização, os municípios podem ampliar a atratividade.
Câmara de Vereadores Presidente	Precisa ter esta preocupação e montar projetos voltados ao turismo regional.	Prioridade do governo que atua seriamente e pensa na qualidade do turismo da região.	São importantes para a manutenção da atividade turística.
SDR Blumenau Gerente	São importantes para desenvolver economicamente a região.		
10º Batalhão Comandante	É uma forma de crescimento e desenvolvimento turístico.		

Fonte: Dados da pesquisa.

sua elaboração, faz-se necessário que haja um entendimento acerca do processo de regionalização do turismo, sempre visando a ações que possam atingir igualmente todos os municípios envolvidos. Na Secretaria de Turismo de Pomerode, é possível notar uma opinião semelhante, além de ser enfatizada a necessidade de prever, no planejamento turístico, a definição de PPs que abordem a regionalização.

No Conselho Municipal de Turismo de Blumenau, também há o reconhecimento da importância da definição de PPs com esta abordagem, por se acreditar ser uma alternativa para o desenvolvimento do setor na região. O presidente do Conselho Municipal de Turismo de Gaspar fez menção às questões da integração e das parcerias com o Poder Público e o setor privado, assumindo o posicionamento de que o desenvolvimento turístico necessita de uma nova postura da sociedade e do *trade* turístico, em relação ao uso do espaço destinado ao turismo. Ele declarou acreditar que a educação e a conscientização voltadas à regionalização podem ser instrumentos que possibilitem formular e interferir nas PPs de regionalização do turismo. Quanto ao Conselho Municipal de Turismo de Pomerode, observou-se o entendimento de que a regionalização do turismo traz muitos benefícios e que os municípios só têm a ganhar, pois podem ampliar a atratividade e a oferta turística, atingindo um grau de estruturação maior e melhor.

Com relação às Câmaras de Vereadores, verificou-se um reconhecimento da importância em se elaborar

este tipo de PP, sendo que, especificamente em Gaspar, foi ressaltada a relevância de ser prioridade para se atingir qualidade no turismo da região. Já em Blumenau, enfatizou-se a necessidade de elaborar projetos com enfoque no turismo regional. Os entrevistados da SDR Blumenau e do 10º Batalhão de Polícia Militar deram ênfase aos benefícios econômicos decorrentes da elaboração de PPs voltadas à regionalização do turismo.

Diante deste cenário, foram apresentadas algumas sugestões para a promoção de reflexões, capazes de contribuir com discussões sobre as PPs de regionalização na região estudada. As discussões sobre a regionalização do turismo, nessa região, ganharam destaque com a criação da ORT, em 1996, fato que caracterizou que estes municípios procuraram historicamente unir-se em prol de um produto turístico regionalizado – o Vale Europeu. A ORT foi idealizada por um grupo de gestores turísticos e criada pelo secretário de turismo de Pomerode. Sua principal missão era motivar a integração dos municípios para o desenvolvimento turístico regional, buscando unir esforços para planejar e organizar a regionalização da atividade. Para isso, a entidade procurou atuar de forma integrada e articulada com os municípios da região do Vale Europeu.

No entanto, devido à complexidade da regionalização, o empenho foi diminuindo e, conforme explicitaram Dreher & Salini (2008), muitas ações definidas no passado ainda encontram-se no estágio inicial de

um processo regional, como a definição das políticas especificamente direcionadas a este objetivo e também a articulação política, por exemplo. As discussões foram realizadas, mas a implementação não ocorreu de forma efetiva. Entretanto, observa-se que estas iniciativas foram positivas para o desenvolvimento turístico regional, especialmente porque provocaram uma mudança de paradigma na condução do turismo, sempre muito particularizado, com iniciativas isoladas nos municípios. Talvez pelo caráter inovador destas iniciativas, os atores locais encontraram resistências na continuidade das propostas, mas, ao mesmo tempo, este movimento despertou o interesse da comunidade regional e dos empreendedores turísticos em juntar esforços nesta direção, fato que resultou em algumas ações, como a criação de materiais promocionais já referentes ao Vale Europeu e alguma divulgação conjunta iniciada no movimento anterior.

Nos três municípios estudados, a efetivação da regionalização do turismo ainda é considerada uma vontade futura. Atualmente, ocorre um movimento em prol da mesma, discursos são realizados e PPs estaduais estão sendo implementadas. Mas poucas ações foram realizadas, e o que ocorre é apenas a aceitação política das propostas do Ministério do Turismo e do Governo Estadual, por meio da Santur¹ e da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, pois as ações existentes ainda são fracas, lentas e desprovidas de esforços coletivos entre esses municípios.

Há uma preocupação em desenvolver o turismo nessa região. Entretanto, cada município faz a sua parte de forma isolada, dificultando o relacionamento e a definição de ações direcionadas à regionalização do turismo. Falta um trabalho integrado, com uma visão macro e de conjunto, com ações de aproveitamento do potencial existente nos três municípios, em termos de atrativos, serviços e infraestrutura turística. Acredita-se que, devido à complexidade da regionalização, existam dificuldades para se atuar regionalmente, bem como para definir PPs que atendam às necessidades regionais.

Como são poucas as ações de regionalização do turismo, ainda há a necessidade de elaborar e executar PPs que possibilitem a ordenação do desenvolvimento do turismo em âmbito regional. Neste íterim, ao se tratar das PPs de regionalização, é preciso fazer algumas reflexões sobre o processo de regionalização. Sendo

assim, nesta região, para a promoção da regionalização, são necessários os seguintes fatores: a adaptação; a integração das vocações e potencialidades; uma identidade turística; e um produto turístico regional.

Em primeiro lugar, é imprescindível a adaptação a esta nova realidade de regionalização do turismo, que deve contar com um esforço de participação coletiva do Poder Público, do setor privado e da sociedade. Faz-se necessária, também, a integração das vocações regionais e das potencialidades de cada município, mediante o reconhecimento das características similares e complementares, no que se refere à questão econômica, social, cultural e ambiental, que podem formar uma identidade turística para a região. A existência de uma identidade turística consolidada e uma cultura regionalizada é essencial neste processo. É indispensável pensar numa infraestrutura turística que atenda às necessidades de um produto mais amplo, que una os atrativos, os equipamentos e os serviços turísticos desses municípios. Constatase a importância do reconhecimento regional das atrações e infraestruturas turísticas existentes, a fim de formatar um produto turístico regionalizado, bem como aproveitar os produtos e serviços complementares para diversificar a oferta turística. Acredita-se que um produto turístico regional será mais competitivo, visto que, como já existe demanda turística nos municípios estudados, a incrementação por meio da agregação de atratividade amplia a oferta.

Além disso, um processo de regionalização do turismo, por ser dinâmico, é demorado e, por isso, para seu fortalecimento nessa região, é necessário ainda considerar alguns aspectos, como temporalidade; articulação e integração; parcerias; participação da comunidade; capacitação e contratação de profissionais. É essencial respeitar a temporalidade, que determina o tempo e o modo de ação de cada sujeito ou município, e, ainda, os recursos disponíveis, que variam conforme os interesses políticos. Geralmente, num processo de regionalização, os municípios menores ou com menos recursos apresentam menos influência política e poder nas decisões. Disto decorre a necessidade de se equilibrar o papel e a demanda de cada município, levando em consideração as prioridades indicadas na intenção de desenvolver-se regionalmente.

Este processo exige, também, a articulação entre os atores da região (Poder Público, setor privado e comunidade), a fim de que os municípios trabalhem

¹ Santa Catarina Turismo S/A.

integrados, com sinergia de decisões e consenso de opiniões, para reforçar a força política e buscar a institucionalização. É preciso fortalecer as relações entre os municípios, a partir de suas particularidades, seus valores e atributos, pois a crescente interação dos atores da regionalização é o que viabiliza este processo. Esses atores precisam estar imbuídos de uma cultura de participação, com um trabalho comprometido com os ensejos regionais.

A regionalização do turismo demanda, além de PPs específicas, que seja dada continuidade a este processo de parcerias efetivas, que possam garantir a sua manutenção e que sejam capazes de aprimorar as iniciativas coletivas entre estes municípios. No entanto, a formação destas parcerias precisa ser direcionada ao compartilhamento de propostas, de responsabilidades e de ações capazes de gerar produtos e serviços turísticos para o fortalecimento e a diversificação da oferta turística regional, traduzindo-se em oportunidades de negócios e de desenvolvimento turístico da região, a partir de seus atributos, suas especificidades e sua atratividade.

Conforme o disposto no **Plano Nacional de Turismo 2007/2010** (BRASIL, 2007), uma região turística depende, para seu desenvolvimento, do trabalho coordenado de um grupo de municípios. Nesse sentido, é importante que os municípios desenhem estratégias conjuntas, que privilegiem as vantagens comparativas de cada um dos participantes e que estimulem a competitividade global da região, bem como procurem a complementaridade entre suas ofertas. Quando a ideia de posicionar os municípios de forma complementar está clara na mente dos governantes e da sociedade civil, torna-se mais simples desenhar programas de desenvolvimento turístico regionais, assim como definir as prioridades de investimentos em infraestruturas e incentivos que os governos podem oferecer para estimular o desenvolvimento turístico.

Outro aspecto importante é o envolvimento das comunidades locais com o turismo, a participação no processo de planejamento e desenvolvimento turístico da região e, também, a aceitação do turismo regional. Por intermédio da participação, elas podem receber maiores benefícios na forma de empregos e renda, de oportunidades para o estabelecimento de empreendimentos turísticos, de melhoria na infraestrutura, nas instalações e nos serviços da comunidade. Ao se envolverem, passam a entender este processo

e, ao aceitarem-no, tornam-se apoiadoras. Além disso, elas conhecem e vivenciam a realidade local, sendo capazes de identificar problemas e necessidades, avaliar alternativas, buscar soluções, sugerindo caminhos que levem à melhoria da qualidade de vida, ao fortalecimento da cultura local e ao bem-estar social.

No que se refere à capacitação profissional, é indispensável que seja dada prioridade à formação dos recursos humanos para o turismo, por meio de capacitação, treinamento e atualização dos profissionais que conduzem e participam deste processo. Faz-se necessário ter profissionais qualificados para elaborar e implementar as PPs específicas de regionalização. Além da capacitação, é imprescindível a contratação de profissionais com formação no turismo e áreas afins, que estejam aptos e qualificados para atuar no setor.

Ao se fazer a reflexão de que a regionalização é importante para ampliar a atratividade regional, atrair maior demanda turística para a região e aumentar o tempo de permanência dos turistas é que deve surgir a discussão dos novos rumos para a elaboração das PPs, que precisa sempre rever as necessidades da ordenação regional do turismo.

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do turismo, de forma regionalizada, vem sendo promovido pelo Governo Federal para unir os municípios, com o objetivo de facilitar a ordenação do setor na promoção de produtos turísticos regionalizados. O Estado de Santa Catarina vem tentando se adaptar, fragmentando e politizando seu território, por meio de regiões turísticas. Todavia, na realidade turística dos três municípios estudados, o entendimento e a participação de todos ainda são parciais, fato evidenciado em algumas PPs.

O contexto da regionalização do turismo mostra que, na prática, ela é complexa e de difícil realização, uma vez que trata do movimento turístico num espaço mais amplo. Também porque sua efetivação exige mudanças no relacionamento entre o Poder Público, o setor privado e a sociedade civil, no sentido de trabalhar a construção e o fortalecimento de uma cultura regional, que resulte em parcerias efetivas para que todos os atores possam entender este fenômeno e, então, comprometer-se com ele.

Nesta região, existem perspectivas de efetivação da regionalização, já com algumas PPs direcionadas a esta finalidade, mas ela ainda é vista como uma realização futura, devido à complexidade deste processo e, também, porque estes municípios sempre se estruturaram turisticamente, cada um, na sua lógica. Contudo, ainda há poucas ações em prol da regionalização, embora os entrevistados pensem ser importante a criação deste tipo de PPs. De fato, o que se percebe é a existência de um discurso, mas não de uma prática voltada a esta finalidade. Ainda são muitos os desafios a ser enfrentados para que se possa atingir um desenvolvimento turístico regional.

Conclui-se que, mesmo diante de vários desafios, a regionalização pode ser vista como uma alternativa

para o fortalecimento do turismo nesta região, já que amplia a atratividade e oferece uma estrutura mais completa de equipamentos e serviços turísticos que, por consequência, é capaz de atrair maior demanda de turistas e motivá-los a permanecer mais tempo nestes municípios. Além disso, provoca o envolvimento dos atores responsáveis pela atividade e a sociedade – que a assume, vivenciando os reflexos do turismo – para que, juntos, decidam os rumos que desejam para a região, a partir da definição de PPs que deem conta da especificidade regional. Este estudo não tentou ser conclusivo, e apresenta apenas um recorte de um tema que abrange a possibilidade de outros enfoques. Por isso, recomenda-se que novos estudos sejam realizados, no sentido de revelar novas respostas acerca da regionalização do turismo.

REFERÊNCIAS

- BARRETTO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 13. ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010*. Brasília-DF: Ministério do Turismo, 2007. Disponível em: <http://www.institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/arquivos/PNT_2007_2010.pdf>. Acesso em: 06 de abril de 2009.
- CRUZ, Rita de Cássia A. *Políticas de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2002.
- DALLABRIDA, Valdir R. Sustentabilidade e endogenização: novos paradigmas para o desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F. & BANDEIRA, Pedro S. (Orgs.). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. p. 187-228.
- DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil, atualizado com o Plano Nacional de Turismo (2003/2007)*. São Paulo: Atlas, 2003.
- DREHER, Marialva T. & SALINI, Talita S. Regionalização e políticas públicas no turismo: proposta bem-(in)tencionada distante da práxis. In: V SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL - SEMINTUR, Caxias do Sul-RS. *Anais...* Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2008.
- FORTES, Simone & MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger. Desafios institucionais da regionalização do turismo no Vale Europeu – Santa Catarina. In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO – SIT, Curitiba-PR. *Anais...* Curitiba: Unicenp, 2006.
- GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent & McINTOSH, Robert W. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- HALL, Colin M. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MASSUKADO, Márcia S. & TEIXEIRA, Rivanda M. Políticas públicas, recursos turísticos e recursos organizacionais: o caso de Foz do Iguaçu, Paraná. *Turismo – Visão e Ação*, Itajaí, Univali, v. 8, n. 2, p. 201-222, maio-agosto, 2006.
- OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. *Introdução ao turismo*. Tradução de Dolores M. R. Córner. São Paulo: Roca, 2001.
- RODRIGUES, Rui M. *Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas*. São Paulo: Atlas, 2007.
- THEIS, Ivo M. et al. Globalização e planejamento do desenvolvimento regional: o caso do Vale do Itajaí. In: SIEBERT, Claudia (Org.). *Desenvolvimento regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas*. Blumenau: Edifurb, 2001. p. 213-244.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.